



Manifestação Técnica 01931/2025-9

Protocolo: 09539/2025-9

Assunto: Procedimento preliminar de análise de contas

Descrição complementar: Defesa Oral

Criação: 27/06/2025 14:36

Origem: NCONTAS - Núcleo de Controle Externo de Contabilidade

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Trata-se da Prestação de Contas Anual, exercício 2023 (TC 4673/2024 - Governo), da Prefeitura Municipal de Ponto Belo, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. Jaime Santos Oliveira Junior, analisada através do Relatório Técnico - RT 291/2024, que apontou indicativos de irregularidades.

Após regular citação (Termo de Citação 395/2024) nos termos da Decisão SEGEX 1161/2024 e defesa (pçs. 109-111); foi emitida a Instrução Técnica Conclusiva 1585/2025 (pç. 115) pela rejeição das Contas nos seguintes termos:

10. CONCLUSÃO

[...]

MANTER as não conformidades registradas no RT 291/2024-1, subseções **3.2.1.5, 3.2.1.15.1, 3.2.1.15.2, 3.3.1.1, 3.4.9**, analisadas conclusivamente nas subseções **9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5** da ITC. Ocorrências que representam grave infração à norma constitucional, legal e regulamentar de natureza contábil, financeira e orçamentária, cujos efeitos, analisados isoladamente ou em conjunto, são relevantes e possuem o condão de **macular as contas de governo**:

9.1 Déficit na execução orçamentária (subseção 3.2.1.5 do RT 291/2024-1);

Critério: art. 1º da Lei Complementar 101/2000.

9.2 Ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.1 do RT 291/2024-1);

Critério: Artigo 102 da Lei 4.320/1964.

9.3 Ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1);

Critério: Artigo 201 da Constituição da República.

9.4 Déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (subseção 3.3.1.1 do RT 291/2024-1);

Critério: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000.

9.5 Inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa (subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1);

Critério: Artigo 1º, parágrafo 1º, Lei Complementar 101/2000.

Ante o exposto, conclui-se que as contas anuais, referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Ponto Belo, Sr. JAIME SANTOS OLIVEIRA JUNIOR, não estão em condições de serem aprovadas, recomendando-se a sua rejeição pela Câmara Municipal.

[...]

A proposta da ITC nº 1585/2025 foi acompanhada pelo Ministério Público de Contas, conforme Parecer 1136/2025 (pç. 117).

Por ocasião da Sustentação Oral na 20ª sessão virtual da 1ª Câmara, em 06/06/2025, foram juntados Petição Intercorrente e Peça Complementar (pçs. 121 e 122), visando afastar as irregularidades mantidas na ITC.

A seguir os autos foram encaminhados ao Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo (NCCONTAS) para a devida instrução, e, solicitada elaboração de Manifestação Técnica acerca das novas peças encartadas aos autos, sob a responsabilidade do NContas: **itens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4** (protocolo 9539/2025).

Segue abaixo, o teor da defesa oral apresentada pelo gestor, conforme se depreende do documento eletrônico Notas Taquigráfica 39/2025 (pç. 123):

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

20ª SESSÃO VIRTUAL DA 1ª CÂMARA 06/06/2025

SUSTENTAÇÃO ORAL DO PROCESSO TC-04673/2024-7

RELATOR: CONSELHEIRO DAVI DINIZ DE CARVALHO

O SR. LEONARDO DA SILVA LOPES – Boa tarde, conselheiro relator, demais julgadores, ilustre representante do Ministério Público de Contas e servidores que estão acompanhando o julgamento deste processo. Tratam-se os autos da Prestação de Contas Anual de Prefeito do Município de Ponto Belo, exercício 2023, sob a responsabilidade do sr. Jaime Santos Oliveira Júnior. Após a tramitação processual, a área técnica dessa Corte de Contas se manifestou por meio da ITC de nº 01585/2025, recomendando a rejeição das contas em razão da manutenção de cinco irregularidades. A primeira irregularidade, trata-se de “déficit na execução orçamentária”. Isso, ela indicou a existência de um resultado deficitário no valor de R\$ 3.091.035,1 supostamente não absorvido por superávit financeiro de exercício anterior. Uma vez que a fonte de recursos ordinários teria encerrado o exercício com déficit, não podendo ser coberta por fonte vinculada. Entende-se, nobres julgadores, que no caso sob análise, foi apontado um suposto déficit orçamentário de ordem geral, isto é, os relatórios técnicos confrontaram a totalidade dos empenhos, com a totalidade das receitas realizadas, sem o detalhamento em quais fontes teria ocorrido o descompasso entre despesas empenhadas e receitas realizadas. Dessa forma, como a questão já foi abordada pelo relatório técnico, isto é, em parâmetros orçamentários gerais e consolidados, a defesa entende que não ocorreu o déficit orçamentário aventado. Tendo em vista que o descasamento no montante de R\$ 3.091.035,61 entre empenhos e receitas realizadas, é inferior não somente ao superávit do exercício anterior, como também ao excesso de arrecadação do exercício. Então, sendo o apontamento retratado em bases gerais e consolidadas, e não por fonte de recursos, a análise, no entendimento do manifestante, da defesa, também deve caminhar com bases gerais e consolidadas. E sob tal perspectiva, considerando os números totais, não se constata a ocorrência de déficit orçamentário. Em acréscimo, entendemos, conselheiro relator, que a análise por fonte de recursos é importante para fins de controle financeiro e segregação de destinações específicas de recursos, como ocorre com recursos vinculados de convênios, recursos do Fundeb, transferências voluntárias, receitas de royalties, entre outros. Então, entendemos que a apuração do resultado orçamentário, nos moldes orientados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é obtida, considerando as receitas orçamentárias realizadas, as despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou paga - dependendo da análise -, não segmentado por fonte de recursos, com indicações de fontes apenas para verificação de regularidade

no uso. É relevante pontuar também, que incluídos no total das despesas empenhadas no exercício, encontram-se empenhos que tiveram dotações suplementadas por meio da abertura de créditos adicionais com base em superávit do exercício anterior. Nessa situação específica, há certamente um descompasso entre a dotação atualizada e a previsão atualizada da receita. Sendo necessário levar em consideração na análise, conforme eu mencionei anteriormente, o superávit financeiro do exercício anterior. Corrobora com essa linha de defesa, nobre conselheiro relator, o entendimento explicado no Manual de Contabilidade, que transcrevemos no memorial em anexo, pra facilitar o entendimento. Então, entende a defesa que no caso sob análise não se constata a ocorrência de déficit orçamentário, tendo em vista a ocorrência de superávit financeiro no exercício anterior. Mesmo admitindo, por hipótese, a ocorrência de déficit orçamentário, essa Corte de Contas registra julgado no qual a presença de tal irregularidade não impediria a aprovação das contas. Nós também transcrevemos os memoriais em anexo, no caso é o Parecer Prévio 00076/2021, da 1ª Câmara, de relatoria do conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, a Unidade Gestora é a Prefeitura Municipal de Viana, exercício de 2019. Bom! Também juntamos em anexo a esta sustentação oral o Doc. 01, que é o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do ano de 2024, obtido do Portal da Transparência do Município de Ponto Belo, demonstrando que no exercício de 2024 houve receitas realizadas na ordem de R\$ 59.928.623,13, e as despesas empenhadas no montante de R\$ 58.794.477,74. É possível notar, então, que mesmo considerando a hipótese de déficit orçamentário, o que se coloca apenas por argumentação, a situação orçamentária do ente foi totalmente positiva no exercício seguinte ao analisado, ao ser analisado. Razão pela qual a defesa pede o afastamento dessa irregularidade, ou que seja enquadrada no campo da ressalva. Os dois próximos apontamentos que serão abordados na presente sustentação oral, serão de forma conjunta, que é a “ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS” e “ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS”. Bom! Conforme restou esclarecido e explicado pelo manifestante, foram realizados 02 parcelamentos previdenciários, instrumento legal e facultado aos entes para regularizarem eventuais pendências junto ao INSS. É possível notar, conselheiro relator, que um parcelamento foi realizado dentro do próprio exercício de 2023, em 25/10/2023, e o outro em 11/01/2024. É possível ver, verificar, que o município buscou prontamente resolver as referidas pendências, não se quedando inerte, não ficou inerte diante da situação vivenciada. Por isso que a sugestão de encaminhamento, registrada pela ITC, a respeito da irregularidade, não retrata o posicionamento do Tribunal de Contas nesse assunto. Sem prejuízo da instauração do procedimento específico para a apuração da responsabilidade pelos atrasos e eventual cobrança pelos acréscimos legais, o não recolhimento tempestivo de contribuições previdenciárias seguido de sua regularização e adimplemento pelo ente, não impede a aprovação das contas. E trazemos, e apresentamos novamente um julgado, no caso, o Parecer Prévio de nº 00042/2022, da 2ª Câmara, Prestação de Contas Anual de Prefeito, Unidade Gestora Brejetuba, exercício 2019, de relatoria do conselheiro Domingos Augusto Taufner. Está em anexo os memoriais, nós transcrevemos trecho desse parecer prévio nos memoriais em anexo. E eu destaco que esse julgamento foi objeto de recurso por parte do Ministério Público de Contas. E após novamente analisado, e decidido pelo Plenário dessa Corte de Contas, foi mantido à integralidade pelo Órgão Colegiado, de forma unânime; no caso, o Parecer Prévio 00092/2023. Então reforçando a tese anteriormente dita, nos memoriais em anexos, também apresentamos, transcrevemos, pra melhor entendimento nessa decisão. Então considerando a similaridade entre as situações fáticas retratadas no presente processo e no julgado, que

mencionamos agora há pouco, como paradigma, pede-se o enquadramento das irregularidades no campo da ressalva sem prejuízo, conselheiro relator, da instauração de procedimento administrativo, nos moldes da Instrução Normativa 32/2024, para serem apurados os valores pagos de multas e de juros pelo atraso no recolhimento; bem como, devem ser identificados os períodos e os responsáveis. As duas últimas irregularidades retratadas nessa PCA, constam como sugestão por parte da ITC para rejeição das contas. Vejamos. Primeiro, “déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas”, e “inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa”, também serão abordadas em conjunto, conselheiros. Em resumo, o manifestante explicou e esclareceu que o déficit financeiro e a inscrição de restos a pagar sem disponibilidade de caixa, foram incidentes financeiros pontuais e específicos, sem repercussão suficiente para macular a saúde financeira do município em questão. Uma vez que no exercício seguinte, isto é, em 2024, o quadro foi totalmente revertido, com a geração de substancial superávit financeiro, conforme restou comprovado no Evento Eletrônico de nº 111, na Peça Complementar 04258/2025, pág. 02/03. Na análise de irregularidades análogas, nessa Corte de Contas, entendeu-se que a adoção de medidas corretivas eficazes, gerando superávits financeiros nas fontes de recursos afetadas, podem autorizar o enquadramento da irregularidade no campo da ressalva por vislumbrar que os efeitos não foram relevantes e generalizados a ponto de ensejar a rejeição das contas, com base na aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Por isso, deve se considerar as ações corretivas implementadas no exercício subsequente como atenuantes para a irregularidade identificada. Trazemos novamente, transcrevemos nos memoriais em anexo, o Parecer Prévio 00111/2021, da 2ª Câmara, de relatoria do conselheiro Marco Antônio, Prefeitura, no caso, de Santa Leopoldina, exercício de 2018. E reforçamos, no caso foi uma aprovação das contas. Reforço que o julgamento que acabei de mencionar, o parecer prévio, no caso, foi objeto de recurso também pelo Ministério Público de Contas. Sendo analisado pelo Plenário dessa Corte de Contas, que negou provimento do recurso do Ministério Público de Contas, entendendo que a manutenção das referidas irregularidades - inscrição de restos a pagar e déficit financeiro - não comprometem, conselheiros, as contas. Autorizando a recomendação pela aprovação com ressalvas. Parecer Prévio 00045/2023, é um recurso de reconsideração, proferido pelo Plenário. No caso, o relator foi o conselheiro Sérgio Aboudib. Também transcrevemos nos memoriais em anexo. Como é possível extrair dos julgamentos, conselheiros, da Câmara e do Plenário, a manutenção das irregularidades ora discutidas não implica, necessariamente por si só, na ocorrência de macular as contas. Sendo possível a recomendação das contas com aprovação com ressalvas. Então, com base em tais considerações, é que se pede o acolhimento das razões de justificativa e a juntada de novos documentos trazidos na presente sustentação oral para recomendar a aprovação das contas, ainda que seja com ressalvas. O meu muito obrigado! E boa tarde a todos! **(final)**

Registre-se que a área técnica se manifestou anteriormente sobre a presente prestação de contas e, esta análise será realizada com base no último documento elaborado pelo NCONTAS, qual seja, Instrução Técnica Conclusiva (ITC) 1585/2025 (pç. 115).

2. INDICATIVOS DE IRREGULARIDADE APONTADO NO RT 291/2024, E MANTIDOS NA ITC 1585/2025

2.1 DÉFICIT NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (SUBSEÇÃO 3.2.1.5 DO RT 291/2024-1 e 9.1 ITC 1585/2025)

Critério: art. 1º da Lei Complementar 101/2000.

3.2.1.5 – Resultado orçamentário deficitário

A execução orçamentária evidencia um resultado deficitário no valor de R\$ 3.091.035,61, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 13- Resultado da execução orçamentária (consolidado) Valores em reais

Receita total realizada	54.489.131,78
Despesa total executada (empenhada)	57.580.167,39
Resultado da execução orçamentária (déficit/superávit)	-3.091.035,61

Fonte: Proc. TC 04673/2024-7 - PCM/2023 – BALORC

Tendo em vista que o *déficit* orçamentário não foi absorvido por *superávit* financeiro de exercício anterior, uma vez que a fonte de recursos ordinários encerrou o exercício deficitária não podendo ser coberta por fonte vinculada, propõe-se a **citação** do prefeito para apresentar justificativas, acompanhadas de documentos de prova (art. 1º da Lei Complementar 101/2000).

Mantida a não conformidade, conforme registro feito na **subseção 9.1** da ITC, tendo em vista que não foram acolhidas as razões de justificativa. Ocorrência que se constitui em grave infração à norma legal, com reflexos negativos na opinião sobre a execução orçamentária e consequentemente sobre as contas de governo.

Nessa fase processual – Defesa Oral –, o gestor apresentou os seguintes argumentos¹:

3. Sobre o primeiro apontamento, que trata de déficit na execução orçamentária (subseção 3.2.1.5 do RT 291/2024-1), indicou-se a existência de resultado deficitário no valor de R\$ 3.091.035,61 (três milhões, noventa e um mil, trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) supostamente não absorvido por superávit financeiro de exercício anterior, uma vez que a fonte de recursos ordinários teria encerrado o exercício com déficit, não podendo ser coberta por fonte vinculada.

4. Entende-se que no caso sob análise foi apontado um suposto déficit orçamentário de ordem geral, isto é, os Relatórios Técnicos confrontaram a totalidade dos empenhos (R\$ 57.580.167,39) com a totalidade das receitas

¹ Documentos eletrônicos **Petição Intercorrente 230/2025** (pç. 118), páginas 03/08.

realizadas (R\$ 54.489.131,78), **sem o detalhamento em quais fontes** teria ocorrido o descompasso entre despesas empenhadas e receitas realizadas.

5. Da forma como a questão foi abordada pelo Relatório Técnico, isto é, **em parâmetros orçamentários gerais e consolidados**, entende-se que não ocorreu o déficit orçamentário aventado, tendo em vista que o descasamento no montante de R\$ 3.091.035,61 (três milhões, noventa e um mil, trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) entre empenhos e receitas realizadas é inferior não somente ao superávit do exercício anterior (R\$ 7.026.090,37), como também ao excesso de arrecadação do exercício (R\$ 12.431.739,26).

6. Portanto, sendo o apontamento foi retratado em bases gerais/consolidadas – e não por fonte de recursos – a análise, no entendimento do Manifestante, também deve caminhar por base gerais/consolidadas, e sob tal perspectiva, considerando os números totais, não se constata a ocorrência de déficit orçamentário.

7. Em acréscimo, entende-se que a análise por fonte de recursos é importante **para fins de controle financeiro e segregação de destinações específicas de recursos**, como ocorre com: recursos vinculados de convênios, recursos do FUNDEB, transferências voluntárias, receitas de royalties etc.

8. Entende-se que a apuração do resultado orçamentário, nos moldes orientados pelo MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), é obtida considerando as receitas orçamentárias realizadas, as despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou pagas (dependendo da análise), não segmentado por fonte de recursos, mas com indicações de fontes apenas para verificação de regularidade no uso.

9. É relevante pontuar, em acréscimo, que incluídos no total das despesas empenhadas no exercício encontram-se os empenhos que tiveram dotações suplementadas por meio da abertura de créditos adicionais com base em superávit do exercício anterior. Nessa situação específica, há certamente um descompasso entre a dotação atualizada e a previsão atualizada da receita, sendo necessário levar em consideração na análise, conforme dito acima, o superávit financeiro do exercício anterior.

10. Corrobora esse entendimento o que explica o MCASP (11ª Edição, Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 2.1, pág. 552):

“É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos podem ser reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode

ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais porque aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação. Tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais estão detalhados no campo Saldo de Exercícios Anteriores, do Balanço Orçamentário.

[...]

Dessa forma, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada no Balanço Orçamentário pode ser verificado (sem influenciar o seu resultado) somando-se os valores da linha Total e da linha Saldos de Exercícios Anteriores, constantes da coluna Previsão Atualizada, e confrontando-se esse montante com o total da coluna Dotação Atualizada." [grifo nosso]

11. Portanto, entende o Manifestante que no caso sob análise não se constata a ocorrência de déficit orçamentário, tendo em vista a ocorrência de superávit financeiro no exercício anterior, como orienta o MCASP.

12. Mesmo admitindo-se, por hipótese, a ocorrência de déficit orçamentário, o TCEES registra julgado no qual a presença de tal irregularidade não impediria a aprovação das contas:

"Parecer Prévio 00076/2021-7 -1ª Câmara

Processos: 03254/2020-9, 02987/2020-1

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Exercício: 2019

UG: PMV - Prefeitura Municipal de Viana

Relator: Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Responsável: GILSON DANIEL BATISTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - EXERCÍCIO DE 2019 - **PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS** - AUTORIZAR ARQUIVAMENTO.

[...]

As duas únicas irregularidades mantidas pela área técnica, corroboradas pelo Ministério Público de Contas, se referem a:

• **Apuração de déficit orçamentário com insuficiência de superávit financeiro de exercício anterior para cobertura** (Item 4.3.1 do RT 069/2021 e 2.2 da ITC 2995/2021); e

- Apuração de déficit financeiro evidenciando desequilíbrio das contas públicas (item 7.4.2 do RT 069/2021 e 2.5 da ITC 2995/2021).

Em ambas as irregularidades o gestor apresentou justificativa no sentido de que o déficit financeiro registrado em algumas fontes de recursos decorreu de um problema no sistema contábil utilizado pelo município, que impactou no resultado daquelas fontes.

Acrescenta ainda que, verificado o problema, fez-se a correção e que no exercício de 2020 **já não houve mais o problema apontado no exercício de 2019, estando todas as fontes de recursos com superávit.**

Ora, o gestor demonstra em sua peça de Defesa/Justificativa 464/2021 que, através das práticas de controle adotadas pelo município **conseguiu, além de sanar todo o déficit de 2019, finalizar o exercício de 2020 superavitário.**

[...]

1. PARECER PRÉVIO TC-076/2021-7

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

1.1. Emitir PARECER PRÉVIO **recomendendo ao Legislativo Municipal a APROVAÇÃO da prestação de contas anual** do senhor Gilson Daniel Batista, prefeito responsável pelo exercício de 2019, conforme dispõem o inciso 1, do art. 80, da Lei Complementar 621/2012, e o inciso 1, do art. 132 do Regimento Interno. [...]” (TCEES, Parecer Prévio 00076/2021-7 -1ª Câmara, Processos 03254/2020-9, 02987/2020-1, Relator Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo” [grifo nosso]

13. Junta-se em arquivo anexado (**doc. 01**) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do ano de 2024, obtido do Portal da Transparência do Município de Ponto Belo, demonstrando que no exercício de 2024 houve receitas realizadas na ordem de R\$ 59.928.623,13 (cinquenta e nove milhões, novecentos e vinte e oito mil, seiscentos e vinte e três reais e treze centavos) e despesas empenhadas no montante de R\$ 58.794.477,74 (cinquenta e oito milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos).

14. Nota-se, portanto, que mesmo considerando-se a hipótese de déficit orçamentário, o que se coloca apenas por argumentação, a situação orçamentária do ente foi totalmente positiva no exercício seguinte ao analisado, razão pela qual se pede o afastamento da irregularidade, ou que seja enquadrada no campo da ressalva.

Registre-se que nessa fase processual o defendente acostou como documentação de suporte, a Peça Complementar 19830/2025-7 (pç. 122), DOC.01 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária em 31/12/2024.

Notas Taquigráficas 39/2025, pç. 123, p. 2-3.

ANÁLISE TÉCNICA: O presente indicativo se refere a apuração de déficit orçamentário sem possibilidade de absorção por superávit financeiro de exercício anterior, uma vez que a fonte de recursos ordinários encerrou o exercício deficitária não podendo ser coberta por fonte vinculada.

Em sede de defesa oral, primeiramente a defesa alega a não ocorrência de déficit orçamentário, tendo em vista a ocorrência de superávit financeiro no exercício anterior, como orienta o MCASP (11ª Edição, Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 2.1, pág. 552).

Segundo o entendimento da defesa, não ocorreu o déficit orçamentário, já que o montante deficitário apontado de R\$ 3.091.035,61 entre empenhos e receitas realizadas inferior não somente ao superávit do exercício anterior, como também ao excesso de arrecadação do exercício; além disso, entende que a análise por fonte de recursos é importante para fins de controle financeiro e segregação de destinações específicas de recursos (convênios, recursos do Fundeb, transferências voluntárias, receitas de royalties, entre outros), porém, a apuração do resultado orçamentário, nos moldes orientados pelo MCASP, é obtida, considerando as receitas orçamentárias realizadas, as despesas orçamentárias empenhadas (incluindo os créditos adicionais abertos com base em superávit do exercício anterior), liquidadas ou paga - dependendo da análise -, não segmentado por fonte de recursos, com indicações de fontes apenas para verificação de regularidade no uso.

A seguir, alega que admitindo-se, por hipótese, a ocorrência de déficit orçamentário, o TCEES registra julgado no qual a presença de tal irregularidade não impediria a aprovação das contas, e passa a listar:

- Parecer Prévio 00076/2021-7 - 1ª Câmara, Processos: 03254/2020-9, 02987/2020-1, PCA/2019, Prefeitura Municipal de Viana;

E, anexou para fins de prova o (doc. 01) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do ano de 2024, obtido do Portal da Transparência do Município de Ponto Belo, demonstrando que no exercício de 2024 houve receitas realizadas na

ordem de R\$ 59.928.623,13 e despesas empenhadas no montante de R\$ 58.794.477,74.

Observa-se do Doc 01 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária do exercício 2024 (Peça Complementar 19830/2025, pç. 122), que o exercício subsequente ao em análise obteve superávit orçamentário de R\$ 1.134.145,39, ainda pendente de análise por este TCEES.

Cabe destacar que a possibilidade de ocorrência de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada no Balanço Orçamentário em virtude da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, ou reabertura de créditos adicionais (especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência) não dispensa a observação à Lei Complementar 101/2000 (LRF).

Conforme o MCASP² relativamente a utilização da fonte ou destinação de recursos (FR):

O controle das disponibilidades financeiras por fonte ou destinação de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários.

[...]

Além da identificação da FR, há necessidade de identificar no exercício corrente, os recursos que foram arrecadados nos exercícios anteriores e que não foram comprometidos, os quais podem ser utilizados como superávit financeiro, observado o parágrafo único do art. 8º da LRF. Essa identificação poderá ocorrer entre o período de abertura do exercício e de utilização dos recursos como fonte para abertura de créditos adicionais, ressalvadas as necessidades apresentadas em legislação específica, que poderá determinar o momento exato da identificação da alteração no exercício. Ressalta-se que a identificação se os recursos são do exercício atual ou decorrentes de superávit deverão acompanhar a classificação por fonte ou destinação de recursos em todas as fases citadas anteriormente.

² STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 9ª Edição. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2022. p. 146-147.

Além disso, consta do MCASP³ recomendação de utilização de notas explicativas para esclarecimentos a respeito da utilização do superávit financeiro e de reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário, de forma a possibilitar a correta interpretação das informações, porém, tais observações em Nota Explicativa não foram localizadas nos presentes autos.

Quanto ao Parecer Prévio 00076/2021-7 - 1ª Câmara, Processos: 03254/2020-9, 02987/2020-1, PCA/2019, Prefeitura Municipal de Viana, observa-se que foi apontado que o superávit orçamentário consolidado não refletia a realidade do município, visto que do superávit orçamentário de R\$ 6.864.244,12, R\$ 9.996.587,44 pertenciam ao Fundo Previdenciário, resultando assim em um déficit de R\$ 3.132.343,32 (Item 4.3.1 do RT 069/2021 e 2.2 da ITC 2995/2021) e a irregularidade foi mantida pela área técnica, contudo, o Conselheiro Relator divergiu da área técnica e do Ministério Público de Contas em seu voto, afastando a referida irregularidade. Portanto, não há similaridade entre os casos, Ponto Belo não possui RPPS e a análise leva em conta a situação fática específica.

Diante de todo o exposto e, considerando que a defesa não comprovou a observação do art. 8º da LRF por ocasião das aberturas de créditos adicionais, bem como quanto ao resultado da execução orçamentária, sugere-se **manter irregular** o indicativo de irregularidade correspondente a subseção 3.2.1.5 do RT 291/2024-1 e 9.1 ITC 1585/2025 (art. 1º da Lei Complementar 101/2000).

2.2 AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA TOTALIDADE DAS DESPESAS COM CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS DEVIDAS AO RGPS (SUBSEÇÃO 3.2.1.15.1 DO RT 291/2024-1 e 9.2 ITC 1585/2025)

Critério: Art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/1964 e artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei 8.212/1991.

³ STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 9ª Edição. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2022. p. 493-494.

3.2.1.15.1 Ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias devidas ao RGPS

De acordo com as tabelas acima, no que tange às contribuições previdenciárias patronais, verifica-se que os valores empenhados, liquidados e pagos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício em análise, são considerados como passíveis de justificativas, para fins de análise das contas.

Desta forma, propõe-se a **citação** do responsável para que apresente as justificativas que entender necessárias, acompanhadas de documentação pertinente (art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/1964 e artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei 8.212/1991).

Mantida a não conformidade, conforme registro feito na **subseção 9.2** da ITC, tendo em vista que o inadimplemento das contribuições previdenciárias patronais, bem como sua inclusão em processo de parcelamento onera o município e causa claro prejuízo financeiro ao erário. Ocorrência que se constitui em grave infração à norma legal, com reflexos negativos na opinião sobre a execução orçamentária e consequentemente sobre as contas de governo. Com sugestão de expedição de **determinação** para apuração do dano e dos agentes responsáveis, objetivando o devido ressarcimento aos cofres municipais.

2.3 AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DA TOTALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES DEVIDAS AO RGPS (SUBSEÇÃO 3.2.1.15.2 DO RT 291/2024-1 e 9.3 ITC 1585/2025)

Critério: Artigo 201 da Constituição da República.

3.2.1.15.2 Ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS

Por seu turno, no que tange às contribuições previdenciárias dos servidores, verifica-se que os valores retidos e recolhidos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, são considerados como passíveis de justificativas, para fins de análise das contas.

Desta forma, propõe-se a **citação** do responsável para que apresente as justificativas que entender necessárias, acompanhadas de documentação pertinente (art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/1964 e artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei 8.212/1991).

Mantida a não conformidade, conforme registro feito na **subseção 9.3** da ITC, tendo em vista que o inadimplemento das contribuições previdenciárias retidas dos servidores, bem como sua inclusão em processo de parcelamento onera o município e causa claro prejuízo financeiro ao erário. Ocorrência que se constitui em grave infração à norma legal, com reflexos negativos na opinião sobre a execução orçamentária e consequentemente sobre as contas de governo. Com sugestão de expedição de **determinação** para apuração do dano e dos agentes responsáveis, objetivando o devido ressarcimento aos cofres municipais.

Nessa fase processual – Defesa Oral –, o gestor apresentou os argumentos⁴ em conjunto para os itens 9.3 e 9.4 da ITC 1585/2025.

(...)

15. Os próximos dois apontamentos serão abordados em conjunto em razão de versarem sobre o mesmo assunto: (i) ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.1 do RT 291/2024-1); (ii) ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1).

16. De acordo com o que restou esclarecido e explicado pelo Manifestante, foram realizados 02 (dois) parcelamentos previdenciários, instrumento legal e facultado aos entes para regularizarem eventuais pendências junto ao INSS. Nota-se que um parcelamento foi realizado dentro do próprio exercício de 2023, em 25/10/2023, e o outro em 11/01/2024. Observa-se que o Município buscou prontamente resolver as referidas pendências, não se quedando inerte diante da situação vivenciada.

Entende-se que a sugestão de encaminhamento registrada pela ITC a respeito da irregularidade não retrata o posicionamento do TCEES sobre o assunto. Sem prejuízo da instauração do procedimento específico para a apuração da responsabilidade pelos atrasos e eventual cobrança pelos acréscimos legais, o não recolhimento tempestivo de contribuições previdenciárias seguido de sua regularização e adimplemento pelo ente não impede a aprovação das contas:

“Parecer Prévio 00042/2022-6 - 2ª Câmara

Processos: 03302/2020-4, 03303/2020-9

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Exercício: 2019

UG: PMB - Prefeitura Municipal de Brejetuba

Relator: Domingos Augusto Taufner

Responsável: JOAO DO CARMO DIAS

FINANÇAS PÚBLICAS – CRÉDITO ADICIONAL – FONTE DE RECURSO – PREVIDÊNCIA – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RECOLHIMENTO DE OBRIGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – REGULAR COM RESSALVA.

[...]

2.2.1 DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR PAGO DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DA UNIDADE GESTORA E O VALOR INFORMADO NO RESUMO ANUAL DA FOLHA DE PAGAMENTOS (RGPS), INDICANDO PAGAMENTO A

⁴ Documentos eletrônicos Petições Intercorrentes 408 e 366/2023 (pçs. 94 e 96), páginas 08/16.

MENOR (itens 2.1 da ITC n. 4703/2021 e 3.5.1.2 do RT 201/2021)

Base legal: artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal nº 8212/1991.

A equipe técnica, na ITC n. 4703/2021, apontou que, com relação às **contribuições previdenciárias do RGPS (parte do patronal)**, os valores registrados pela unidade gestora, no exercício 2019, **representaram 86,62% dos valores devidos**, conforme tabela abaixo:

[...]

Conforme exposto na defesa e corroborando o disposto pela área técnica, verifica-se que não foram pagos na época devida o valor de R\$ 317.008,93, oriundo da divergência entre o valor devido de R\$ 2.369.431,77 e o valor pago de R\$ 2.052.422,84.

[...]

Inobstante a argumentação do Ministério Público de Contas, o caso em tela demonstra, como debatido acima, que **houve o recolhimento, mesmo que com atraso. Assim, não houve a permanência da inadimplência, sendo pagos os devidos encargos pela mora.**

Dessa forma, diverjo do posicionamento do Ministério Público de Contas e acolho a sugestão da área técnica de que **o recolhimento extemporâneo é irregular e deve ser apreciado no campo da ressalva, haja vista que houve o recolhimento.**

Além do mais, concordo que deva ser determinada a instauração de procedimento administrativo, nos moldes da instrução normativa n. 32/2014 para serem apurados os valores pagos de multas e de juros pelo atraso no recolhimento, bem como devem ser identificados os períodos e os responsáveis.

[...]

2.2.2 DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR RECOLHIDO DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO SERVIDOR E O VALOR INFORMADO NO RESUMO ANUAL DA FOLHA DE PAGAMENTOS (RGPS), INDICANDO PAGAMENTO A MENOR (itens 2.2 da ITC n. 4703/2021 e 3.5.1.4 do RT 201/2021)

Base legal: artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal nº 8212/1991.

A equipe técnica, na ITC n. 4703/2021, apontou que, com relação às **contribuições previdenciárias do RGPS** (parte do patronal), os valores registrados pela unidade gestora, no exercício 2019, **representaram 81,01% dos valores devidos**, conforme tabela abaixo:

[...] Conforme exposto na defesa e corroborando o disposto pela área técnica, verifica-se que não foi recolhido o valor de R\$ 194.466,16, oriundo da divergência entre o valor retido dos

servidores, no montante de R\$ 1.024.349,11, e o valor recolhido ao INSS, de R\$ 829.882,95.

[...] Inobstante a argumentação do Ministério Público, o caso em tela demonstra, como debatido acima, que **houve o recolhimento, mesmo que com atraso. Assim, não houve a permanência da inadimplência, sendo pagos os devidos encargos pela mora.**

Dessa forma, divirjo do posicionamento do Ministério Público de Contas e acolho a sugestão da área técnica de que o recolhimento extemporâneo é irregular e deve ser apreciado no campo da ressalva, haja vista que houve o recolhimento.

Além do mais, concordo que deva ser determinada a instauração de procedimento administrativo, nos moldes da instrução normativa n. 32/2014 para serem apurados os valores pagos de multas e de juros pelo atraso no recolhimento, bem como devem ser identificados os períodos e os responsáveis.

[...]

1. PARECER PRÉVIO TC-042/2022:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. Emitir PARECER PRÉVIO, com fulcro no artigo 764, “caput”, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, **recomendando ao Legislativo Municipal a APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das contas da Prefeitura Municipal de Brejetuba, sob a responsabilidade da Sr. João do Carmo Dias, relativas ao exercício de 2019, na forma do art. 132, II5, do Regimento Interno deste Tribunal, haja vista o que está exposto nos itens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3, **mantendo as seguintes irregularidades sem macular as contas, sendo apenas objeto de ressalvas:**

2.2.1 (Itens 2.1 da ITC n. 4703/2021 e 3.5.1.2 do RT 201/2021) – **Divergência entre o valor pago de obrigações previdenciárias da unidade gestora e o valor informado no resumo anual da folha de pagamento (RGPS), indicando pagamento a menor** - artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal nº 8212/1991;

2.2.2 (Itens 2.2 da ITC n. 4703/2021 e 3.5.1.4 do RT 201/2021) – **Divergência entre o valor recolhido das obrigações previdenciárias do servidor e o valor informado no resumo anual da folha de pagamento (RGPS), indicando pagamento a menor** - artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal nº 8212/1991; [...]” (TCEES, Parecer Prévio 00042/2022-6 - 2ª Câmara, Processos 03302/2020-4, 03303/2020-9, Relator Conselheiro Domingos Augusto Taufner, julgado em 29/04/2022 - 15ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara.) [grifo nosso]

18. O referido julgado da 2ª Câmara foi objeto de recurso de reconsideração por parte do Ministério Público Especial de Contas e após apreciação por

parte do Plenário do TCEES, foi mantido à integralidade pelo órgão colegiado, de forma unânime:

“Parecer Prévio 00092/2023-2 - Plenário

Processos: 05220/2022-1, 03303/2020-9, 03302/2020-4

Classificação: Recurso de Reconsideração

UG: PMB - Prefeitura Municipal de Brejetuba

Relator: Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Recorrente: JOAO DO CARMO DIAS, Membros do Ministério

Público de Contas (LUCIANO VIEIRA)

Procuradores: LEONARDO DA SILVA LOPES (OAB: 28526-ES), GREGORIO RIBEIRO DA SILVA (OAB: 16046-ES), ALTAMIRO THADEU FRONTINO SOBREIRO (OAB: 15786-ES)

[...] RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – NEGAR PROVIMENTO.

[...]

Ressalte-se que o recorrente aponta tais irregularidades como graves infrações às normas constitucionais e às normas gerais de direito financeiro, capazes de ensejar a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas, nos termos do art. 80, inciso III da LC nº 621/2012. O órgão de instrução acompanha o entendimento, opinando pelo provimento ao presente recurso.

Entretanto, discordo de tal posicionamento, pelas razões que a seguir passo a expor.

1 DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR PAGO DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DA UNIDADE GESTORA E O VALOR INFORMADO NO RESUMO ANUAL DA FOLHA DE PAGAMENTOS (RGPS), **INDICANDO PAGAMENTO A MENOR, E DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR PAGO DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO SERVIDOR** E O VALOR INFORMADO NO RESUMO ANUAL DA FOLHA DE PAGAMENTOS (RGPS), **INDICANDO PAGAMENTO A MENOR** (itens 3.5.1.2 e 3.5.1.4 do RT 00201/2021-4, 2.1 e 2.2 da ITC 04703/2021-4 e 2.2.1 e 2.2.2 do Parecer Prévio 42/2022 - Processo TC03303/2020- 9)

[...]

Pois bem.

Entendo não assistir razão ao recorrente e ao órgão de instrução (NRC).

Conforme havia sido apontado na Instrução Técnica Conclusiva 4703/2021 (Processo TC 3302/2020 – Prestação de Contas Anual de Prefeito, exercício 2019), e ressaltado pelo recorrido em suas contrarrazões, **a maior parte dos pagamentos em**

atraso foram acertados no próprio exercício de 2019, enquanto os pagamentos dos meses 10, 11 e 13 foram pagos em 2020, inclusive com a adição de encargos financeiros. Por essa razão, o órgão de instrução, na análise da Prestação de Contas apontou a regularidade com ressalva, posicionamento que entendo adequado ao presente caso concreto:

[...]

Dessa forma entendo pela negativa de provimento ao recurso quanto a essa irregularidade.

[...]

1. PARECER PRÉVIO TC-0092/2023-2:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas, em:

1.1. CONHECER o presente Recurso de Reconsideração, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade;

1.2. DEIXAR de acolher a preliminar de nulidade por falta de citação válida;

1.3. NEGAR PROVIMENTO ao presente Recurso de Reconsideração, mantendo-se incólume o Parecer Prévio 42/2022 – 2ª Câmara, prolatado nos autos do Processo TC 3302/2020; [...]” (TCEES, Parecer Prévio 00092/2023-2 – Plenário, Processo 05220/2022-1, Relator Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, julgado em 21/09/2023 - 47ª Sessão Ordinária do Plenário) [grifo nosso]

19. Desse modo, considerando a similitude entre as situações fáticas retratadas no presente processo e no julgado apontado como paradigma, pede-se o enquadramento das irregularidades no campo da ressalva, sem prejuízo da instauração de procedimento administrativo, nos moldes da Instrução Normativa n. 32/2014, para serem apurados os valores pagos de multas e de juros pelo atraso no recolhimento, bem como devem ser identificados os períodos e os responsáveis.

Notas Taquigráficas 39/2025, pç. 123, p. 3-5.

ANÁLISE TÉCNICA CONJUNTA (ITENS 2.2 e 2.3):

O indicativo 2.2 se refere ao pagamento de apenas **64,04%** (R\$ 2.077.391,40) das contribuições previdenciárias patronais RGPS devidas no exercício 2023 (R\$ 3.243.758,00), passíveis, portanto, de justificativas para fins de análise das contas.

O indicativo 2.3 se refere ao recolhimento de apenas **77,90%** (R\$ 1.008.935,25) das contribuições previdenciárias RGPS do servidor devidas (R\$ 1.295.090,49) no exercício 2023, passíveis de justificativas, para fins de análise das contas.

Em sede de defesa oral, a defesa encaminhou justificativa em conjunto para os itens 2.2 e 2.3, reafirmou a realização de dois parcelamentos, em outubro/2023 e janeiro/2024, visando regularização de pendências junto ao INSS, e que o município buscou prontamente resolver a pendência sem ficar inerte diante da situação.

No entanto, alega entender que a sugestão de encaminhamento registrada pela ITC a respeito da irregularidade não retrata o posicionamento do TCEES sobre o assunto, pois o não recolhimento tempestivo de contribuições previdenciárias seguido de sua regularização e adimplemento pelo ente não impede a aprovação das contas, sem prejuízo da instauração do procedimento específico para a apuração da responsabilidade pelos atrasos e eventual cobrança pelos acréscimos legais.

Buscando calçar seu entendimento, citou como exemplos em função de sua similaridade o Parecer Prévio 00042/2022-6 - 2ª Câmara, TC 03302/2020-4 e 03303/2020-9, Prestação de Contas Anual de Prefeito, Exercício: 2019, Prefeitura Municipal de Brejetuba, e o Parecer Prévio 00092/2023-2 – Plenário, TC 05220/2022-1, 03303/2020-9, 03302/2020-4, Recurso de Reconsideração, Prefeitura Municipal de Brejetuba, e solicitou, o enquadramento das irregularidades no campo da ressalva, sem prejuízo da instauração de procedimento administrativo, nos moldes da Instrução Normativa n. 32/2014, para serem apurados os valores pagos de multas e de juros pelo atraso no recolhimento, bem como devem ser identificados os períodos e os responsáveis.

Em consulta ao TC 03302/2020-4, 03303/2020-9 e 05220/2022-1, Prestação de Contas Anual de Prefeito, Exercício: 2019, Prefeitura Municipal de Brejetuba, observa-se que:

- O item 2.1 da ITC n. 4703/2021 e 3.5.1.2 do RT 201/2021 trata de divergência entre o valor pago de obrigações previdenciárias da unidade gestora e o valor informado no resumo anual da folha de pagamentos (RGPS), indicando pagamento a menor, que representou 86,62% dos valores devidos.

A defesa demonstrou que o valor devido decorreu de divergência entre o valor devido e o valor pago, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro/2019, discriminou cada valor e diferença apurada, comprovando seu pagamento. A área técnica manteve a irregularidade no campo da ressalva com determinação ao gestor para tomada de medidas administrativas a fim de apurar a responsabilidade e ressarcir o erário com os valores dispendidos com encargos financeiros, por atraso na quitação de débitos previdenciários de 2019;

- O item 2.2 da ITC n. 4703/2021 e 3.5.1.4 do RT 201/2021 trata de divergência entre o valor recolhido das obrigações previdenciárias do servidor e o valor informado no resumo anual da folha de pagamentos (RGPS), indicando pagamento a menor que representou 81,01% dos valores retidos.

A defesa demonstrou e comprovou que os valores pertinentes aos meses 11, 12 e 13/2019, foram pagos em 2020, portanto em atraso, inclusive com a adição de encargos financeiros, a irregularidade foi mantida no campo da ressalva, haja vista que o pagamento foi efetuado, com determinação ao gestor que tome medidas administrativas a fim de apurar a responsabilidade e ressarcir o erário com os valores dispendidos com encargos financeiros, por atraso na quitação de débitos previdenciários de 2019.

O Parecer Prévio 00042/2022-6 - 2ª Câmara, foi prolatado recomendando o a aprovação com ressalvas com determinação, no entanto, o Ministério Público de Contas impetrou recurso (TC 05220/2022-1), por entender se tratar de graves infrações por parte do gestor responsável, que resultaram em dano ao erário; no entanto, o Parecer Prévio 00092/2023-2 – Plenário, TC 05220/2022-1, 03303/2020-9, 03302/2020-4, Recurso de Reconsideração, Prefeitura Municipal de Brejetuba, negou provimento ao recorrente (MPC).

Desta forma, manteve-se a resolução do PARECER PRÉVIO TC-042/2022, que recomendou a APROVAÇÃO COM RESSALVAS, com determinação para instauração de procedimento administrativo pelo município visando apurar a responsabilidade e ressarcir o erário com os valores dispendidos com encargos financeiros, por atraso na quitação de débitos previdenciários de 2019.

Destaca-se, no entanto, que o exemplo acima não guarda total similaridade com os itens em análise, tendo em vista a proporcionalidade dos eventos, já que no exemplo citado os valores pagos e recolhidos eram de 86,62% e 81,01% dos devidos de contribuição previdenciária patronal e de servidores respectivamente, e foram integralmente pagos no exercício subsequente, ainda que com multa e juros.

Em contrapartida, nos presentes autos os valores pagos e recolhidos são de 64,04% e 77,90%, dos devidos de contribuição previdenciária patronal e de servidores respectivamente, e foram incluídos em parcelamentos de débitos com a Secretaria da Receita Federal, incorrendo em multa e juros incidentes sobre o saldo da dívida (TC 4673/2024, Peça Complementar 4258/2025, pç. 111, p. 18-26).

Não obstante a defesa considere os parcelamentos realizados como resolução da pendência existente, a ausência de pagamentos das contribuições previdenciárias patronal e dos segurados, causou ônus ao município, visto que a realização dos parcelamentos agregou ao débito atualização e multa, onerando ainda mais o município, e incorrendo em grave infração à norma legal e constitucional. Além do mais, é exigível do município adimplir regularmente as parcelas para que seja saneada a pendência.

Sendo assim, considerando todo o exposto, sugere-se **manter** as irregularidades das subseções 3.2.1.15.1 e 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1, 9.2 e 9.3 da ITC 1585/2025 e, 2.2 e 2.3 desta Manifestação, em decorrência de grave infração à norma legal e constitucional (art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/1964, artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei 8.212/1991 e Artigo 201 da Constituição da República).

Além disso, **ratifica-se a determinação** para instauração de procedimentos administrativos na forma da Instrução Normativa TC 32/2014 e no prazo assinalado pelo relator, visando:

a) a apuração dos juros de mora, multa e atualização monetária decorrente da celebração dos termos de parcelamento de débitos previdenciários com o RGPS junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB),

b) a apuração da responsabilidade do(s) agente(s) que causou o endividamento e,

c) o ressarcimento ao erário, considerando que tais despesas não atendem ao interesse público.

2.4 DÉFICIT FINANCEIRO EM DIVERSAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIANDO DESEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS (SUBSEÇÃO 3.3.1.1 DO RT 291/2024-1 e 9.4 ITC 1585/2025)

Critério: Art. 1º e 8º, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000.

3.3.1.1 Déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas

Da análise do resultado financeiro evidenciado no Anexo ao Balanço Patrimonial, há evidências de desequilíbrio financeiro por fontes de recursos, visto que se observa *déficit* financeiro, reconhecido contabilmente no exercício, nas fontes de recursos especificadas a seguir, sendo que a fonte de recursos não vinculados também registrou *déficit* financeiro.

Tabela 1 - Déficit financeiro por Fonte de Recursos
reais

Valores em reais

Fonte de recursos	Resultado Financeiro – R\$
5000025 – Receita de impostos e de transferências de impostos – MDE	- 406.493,94
5400030 – Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de impostos 30%	- 6.064,90
5400070 – Transferências do FUNDEB - Impostos e transferências de impostos 70%	- 227.336,44
5000015 – Receita de impostos e transferências de impostos - Saúde	- 441.459,93
600 – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS Governo Federal	- 48.984,12
705 – Transferências dos Estados referentes a compensações financeiras	- 487,81
749 – Outras vinculações de transferências	- 2.104,78
TOTAL	- 1.132.931,92
5000000 – Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos	- 571.796,91

Ressalta-se que nos termos do parágrafo único, do art. 8º da Lei Complementar Federal 101/2000, os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Desta forma, propõe-se a **citação** do responsável para que apresente as justificativas que entender necessárias, acompanhada de documentação pertinente (art. 1º da Lei Complementar 101/2000).

Mantida a não conformidade, conforme registro feito na **subseção 9.4** da ITC, tendo em vista que houve déficit financeiro em diversas fontes de

recursos, comprometendo o equilíbrio financeiro do município. Ocorrência que se constitui em grave infração à norma legal, com reflexos negativos na opinião sobre a execução orçamentária e consequentemente sobre as contas de governo.

Nessa fase processual – Defesa Oral –, o gestor apresentou os seguintes argumentos⁵:

20. As últimas duas irregularidades retratadas na PCA e que constam com sugestão por parte da ITC para rejeição das contas – (i) déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (subseção 3.3.1.1 do RT 291/2024-1) e (ii) inscrição de restos a pagar processados e não processados sem suficiente disponibilidade de caixa (subseção 3.4.9 do RT 291/2024-1) – também serão abordadas em conjunto.

21. Em resumo, o Manifestante explicou e esclareceu que o déficit financeiro e a inscrição de restos a pagar sem disponibilidade de caixa foram incidentes financeiros pontuais e específicos, sem repercussão suficiente para macular a saúde financeira do Município, uma vez que no exercício seguinte, isto é, em 2024, o quadro foi totalmente revertido, com a geração de substancial superávit financeiro, conforme restou comprovado no Evento Eletrônico n. 111, Peça Complementar 04258/2025-4, pág. 02/03.

22. Na análise de irregularidades análogas, o TCEES entendeu que a adoção de medidas corretivas eficazes gerando superávits financeiros nas fontes de recursos afetadas podem autorizar o enquadramento da irregularidade no campo da ressalva, por vislumbrar que os efeitos não foram relevantes e generalizados a ponto de ensejar a rejeição das contas, com base na aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, exatamente ao considerar as ações corretivas implementadas no exercício subsequente como atenuantes para a irregularidade identificada:

“Parecer Prévio 00110/2021-1 - 2ª Câmara

Processos: 08704/2019-1, 08794/2019-2

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Exercício: 2018

UG: PMSL - Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

Relator: Marco Antônio da Silva

Responsável: VALDEMAR LUIZ HORBELT COUTINHO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2018 –
PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVA –
DETERMINAR – DAR CIÊNCIA – ARQUIVAR.

⁵ Documentos eletrônicos **Petição Intercorrente 230/2025** (pç. 118), páginas 16/23.

[...] 2.1.3 Apuração de déficit financeiro evidenciando desequilíbrio das contas públicas (Item 7.4.2 do RT 870/2019-1)

Em relação aos apontamentos realizados no Relatório Técnico, considerando-se as justificativas e documentação apresentadas, o NCONTAS por meio da ITC 04058/2020-8 assim se manifestou:

[...]

Na fase do contraditório, a defesa buscou demonstrar que adotou medidas para regularização no exercício seguinte para acerto de algumas das fontes, com o cancelamento de restos a pagar não processados. Desse modo, no exercício de 2019 as referidas fontes de recursos se apresentaram superavitárias.

[...] No entanto, observo que o prefeito responsável, diante dos déficits nas fontes de recursos contatados no exercício de 2018 não se manteve inerte, adotando providências a fim de regularizar a situação, com cancelamentos de restos a pagar não processados, alcançando, desta forma superávits financeiros nas referidas fontes de recursos no exercício de 2019.

[...]

Desta forma, divirjo parcialmente do posicionamento técnico e ministerial, mantenho a irregularidade no campo da ressalva, sem o condão de macular as contas, considerando as medidas adotadas pelo gestor, com a regularização dos déficits apontados nas fontes de recursos no exercício de 2019, não comprometendo, desse modo o equilíbrio fiscal do município.

2.1.4 Inscrição de restos a pagar não processados sem disponibilidade financeira suficiente (art. 55 da LRF) (Item 7.4.1 do RT 870/2019-1)

O Relatório Técnico 00870/2019-1 constatou inobservância do art. 55, III, b, 3, da LRF, considerando-se que após a inscrição de restos a pagar não processados, as fontes de recursos apresentaram disponibilidade de caixa líquida negativa nas fontes de recursos “Educação MDE” (R\$ 1.296,43) e “Recursos Próprios” (R\$ 327.668,87) sem que houvesse disponibilidade financeira para cobertura.

[...]

Além disso, conforme relatei no item anterior (item 2.3 deste voto) no exercício seguinte o responsável adotou medidas para a regularização do déficit financeiro apontado nas fontes de recursos, apresentando resultados superavitários no exercício de 2019.

Diante do exposto, estou divergindo parcialmente do posicionamento técnico e ministerial neste item, mantendo a irregularidade, porém, sendo passível de ressalva, sem o condão de macular as contas.

[...]

1.2. Manter as seguintes irregularidades, SEM O CONDÃO DE MACULAR AS CONTAS, pois passíveis de ressalva:

[...]

1.2.3 Apuração de déficit financeiro evidenciando desequilíbrio das contas públicas (Item 7.4.2 do RT 870/2019-1 e item 2.1.6 da ITC 04058/2020-8);

1.2.4 Inscrição de restos a pagar não processados sem disponibilidade financeira suficiente (art. 55 da LRF) (Item 7.4.1 do RT 870/2019-1 e item 2.1.5 da ITC 04058/2020-8);

[...] 1.3. Emitir PARECER PRÉVIO dirigido à Câmara Municipal de Santa Leopoldina recomendando a APROVAÇÃO COM RESSALVAS da Prestação de Contas do Sr. Valdemar Luiz Horbelt Coutinho, Prefeito no exercício de 2018, conforme dispõe o inciso II, do art. 80, da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, II do RITCES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013, pelas razões antes expendidas; [...]” (TCEES, Parecer Prévio 00110/2021- 1 - 2ª Câmara, Processo 08704/2019-1, Relator Conselheiro Marco Antonio da Silva, julgado em 26/11/2021 - 54ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara.) [grifo nosso]

23. O julgado retratado no parecer prévio acima foi objeto de recurso por parte do Ministério Público de Contas, sendo que o Plenário do TCEES negou provimento ao recurso, entendendo que a manutenção das referidas irregularidades – inscrição em restos a pagar e déficit financeiro – não compromete as contas, autorizando a recomendação pela aprovação com ressalvas:

“Parecer Prévio 00045/2023-8 - Plenário

Processos: 01359/2022-7, 08794/2019-2, 08704/2019-1

Classificação: Recurso de Reconsideração

UG: PMSL - Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

Relator: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Interessado: VALDEMAR LUIZ HORBELT COUTINHO

Recorrente: Membros do Ministério Público de Contas (LUCIANO VIEIRA)

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – FINANÇAS PÚBLICAS – ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL – APURAÇÃO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO OU EXCESSO DE ARRECADAÇÃO – INCONSISTÊNCIA NA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL – ART. 2º DA LEI 10720/2017 – INSCRIÇÃO DE RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS – BAIXA MATERIALIDADE DO VALOR – BOA GESTÃO – APURAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO – RESULTADO SUPERAVITÁRIO – AUSÊNCIA DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO RPPS – REFORMA PREVIDENCIÁRIA – CONHECER – NEGAR PROVIMENTO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.

[...]

III.3 INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA SUFICIENTE (item 7.4.1 do RT 00870/2019-1, item 2.1.5 da ITC 04058/2020-8 e item 2.1.4 do v. Parecer Prévio)

A presente irregularidade é sobre inscrição de resto a pagar não processados sem disponibilidade financeira suficiente nas Fontes de Recursos Educação MDE (R\$ 1.269,43) e Recursos Próprios (R\$ 327.688,87), de forma a infringir o art. 55 da LRF.

[...]

O destaque do NRC, registrando que a ITC 4058/2021 observou que grande parte dos restos a pagar, em análise, foram quitados no exercício seguinte, torna o montante apurado de menor materialidade ainda.

Sendo assim, acompanho o entendimento da Área Técnica e decido manter a negativa de provimento ao ponto do recurso.

III.4 APURAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO EVIDENCIANDO DESEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS (item 7.4.2 do RT 00870/2019; item 2.1.6 da ITC 04058/2020-8 e item 2.1.3 do v. Parecer Prévio)

[...]

O Parecer Prévio 110/2021-1 manteve a irregularidade como ressalva, por entender que, embora tenha ocorrido a irregularidade, destacou que o prefeito responsável, diante dos déficits nas fontes de recursos contatados no exercício de 2018 não manteve inerte, adotando providências a fim de regularizar a situação, como cancelamentos de restos a pagar não processados, alcançando, desta forma superávits financeiros nas referidas fontes de recursos no exercício de 2019.

[...]

Sendo assim, uma vez que as medidas adotadas pelo gestor, com a regularização dos déficits apontados nas fontes de recursos no exercício de 2019, não comprometendo, desse modo o equilíbrio fiscal do município, divirjo do entendimento da Área Técnica e decido manter a negativa de provimento ao ponto do recurso.

[...]

1. PARECER PRÉVIO TC-0045/2023-8

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas, em:

1.1. CONHECER o presente Recurso de Reconsideração apresentado, para, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo incólume o Parecer Prévio 110/2021-1 – Segunda Câmara, proferido no bojo do Processo TC nº 8704/2019-1,

recomendando a APROVAÇÃO COM RESSALVAS do Executivo Municipal de Santa Leopoldina, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Valdemir Luiz Horbelt Coutinho; [...]" (TCEES, Parecer Prévio 00045/2023- 8 – Plenário, Processos 01359/2022-7, Relator Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, julgado em 11/05/2023 - 21ª Sessão Ordinária do Plenário.) [grifo nosso]

24. Como se extrai dos referidos julgados do Plenário do TCEES, a manutenção das irregularidades ora discutidas não implica necessariamente e por si só a ocorrência de mácula às contas, sendo possível a recomendação pela aprovação com ressalvas.

25. Com base em tais considerações é que se pede o acolhimento das razões de justificativa e a juntada dos documentos trazidos na presente sustentação oral para RECOMENDAR A APROVAÇÃO DAS CONTAS, AINDA QUE COM RESSALVAS.

26. Essa última hipótese encontra amparo na Lei Complementar n. 621/2012 do Estado do Espírito Santo, que assim dispõe:

Art. 80. A emissão do parecer prévio poderá ser: [...]

II – **pela aprovação das contas com ressalva**, quando ficar caracterizada **impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário**, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal de Contas; [grifo nosso]

27. Nobres Conselheiros, os autos não retratam nenhum dano ao erário, desfalque ou infração de natureza grave que comprometa a lisura dos atos praticados pelo Manifestante, razão pela qual pugna-se pela sua aprovação, ainda que com ressalvas.

Notas Taquigráficas 39/2025, pç. 123, p. 5-6.

ANÁLISE TÉCNICA: O presente indicativo se refere a ocorrência de déficit financeiro, reconhecido contabilmente no exercício, em diversas fontes de recursos: 5000025, 5400030, 5400070, 5000015, 600, 705, 749 e 5000000.

Em sede de sustentação oral, a defesa alegou que o déficit financeiro e a inscrição de restos a pagar sem disponibilidade de caixa foram incidentes financeiros pontuais e específicos, sem repercussão suficiente para macular a saúde financeira do Município, uma vez que no exercício seguinte (2024), o quadro foi totalmente revertido, com a geração de substancial superávit financeiro, conforme restou comprovado no Evento Eletrônico n. 111, Peça Complementar 04258/2025-4, pág. 02/03.

Citou, ainda o Parecer Prévio 00110/2021-1 - 2ª Câmara, TC 08704/2019-1, 08794/2019-2, Prestação de Contas Anual de Prefeito, Exercício: 2018, Prefeitura

Municipal de Santa Leopoldina para solicitar o enquadramento da irregularidade no campo da ressalva.

Em consulta à Peça Complementar 04258/2025-4, pág. 02/03, observa-se que, de fato, no exercício 2024 houve superávit financeiro na fonte de Recursos não vinculados capaz de suprir os déficits que persistiram nas fontes questionadas em 2023.

Tabela: Resultado financeiro evolução 2023 - 2024

Fonte de recursos	Resultado Financeiro 2023 – R\$	Resultado Financeiro 2024 – R\$ (ev. 111, p.2-3)
5000025 – Receita de impostos e de transferências de impostos – MDE	-406.493,94	- 2.983,00
5400030 – Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de impostos 30%	-6.064,90	-0,00
5400070 – Transferências do FUNDEB - Impostos e transferências de impostos 70%	-227.336,44	- 6.446,12
5000015 – Receita de impostos e transferências de impostos - Saúde	-441.459,93	6.337,59
600 – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS Governo Federal	-48.984,12	2.515,55
705 – Transferências dos Estados referentes a compensações financeiras	-487,81	3.345,12
749 – Outras vinculações de transferências	-2.104,78	48.610,59
TOTAL	-1.132.931,92	51.379,73
5000000 – Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos	-571.796,91	822.838,83

Fonte: Balanço Patrimonial de 2024

Ressalta-se que os dados relativos a 2024 ainda não foram analisados pelo TCEES.

Não obstante às alegações de defesa, a melhora em exercício seguinte não mitiga o fato de que a gestão do exercício de 2023 não observou os fundamentos da gestão fiscal responsável, incorrendo em falta de pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias, dando origem a parcelamento de débitos com incidência de juros e multa, a ser quitado pelo novo prefeito de Ponto Belo, na ordem de R\$ 2.606.503,73 em 31/12/2024:

ENTE: Ponto Belo

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Ponto Belo

TIPO DE CONTA: Contas de Governo

EXERCÍCIO: 2024

Código Contábil	Descrição da Conta Contábil	Descrição Dívida	Classificação Dívida	Unidade Gestora	Fluxo do Exercício						Saldo Final
					Saldo inicial	Emissão da Dívida	Atualização	Encargo	Cancelamento	Amortização	
2.2.1.4.3.01.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DÉBITO PARCELADO	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DÉBITO PARCELADO	1	057E0700001	1.906.503,73	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.606.503,73
Dívida Fundada Total:					1.906.503,73	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.606.503,73

Notas Explicativas:

Identificação	Texto Explicativo	Arquivo
---------------	-------------------	---------

Tendo em vista o exposto, opina-se por **manter irregular**, a subseção 3.3.1.1 do RT 291/2024-1 e 9.4 ITC 1585/2025 (Art. 1º e 8º, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000).

3 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto e do que consta dos autos, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de encaminhamento:

Quanto ao aspecto técnico-contábil e o disposto na legislação pertinente, opina-se no sentido de que este Egrégio Tribunal de Contas emita PARECER PRÉVIO, dirigido à Câmara Municipal de Ponto Belo, recomendando a REJEIÇÃO da prestação de contas anual do exercício 2023, na forma do art. 80 da Lei Complementar 621/2012 e 132 do RITCES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013, tendo em vista as seguintes irregularidades mantidas nesta MT:

2.1 Déficit na execução orçamentária (subseção 3.2.1.5 do RT 291/2024-1, 9.1 ITC 1585/2025 e 2.1 desta Manifestação) - Critério: art. 1º da Lei Complementar 101/2000.

2.2 Ausência de pagamento da totalidade das despesas com contribuições previdenciárias patronais devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.1 do RT 291/2024-1, 9.2 ITC 1585/2025 e 2.2 desta Manifestação) - Critério: Artigo art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/1964, artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei 8.212/1991 e Artigo 201 da Constituição da República.

2.3 Ausência de recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias dos servidores devidas ao RGPS (subseção 3.2.1.15.2 do RT 291/2024-1, 9.3 ITC 1585/2025 e 2.3 desta Manifestação) - Critério: Artigo art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/1964, artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei 8.212/1991 e Artigo 201 da Constituição da República.

2.4 Déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (subseção 3.3.1.1 do RT 291/2024-1, 9.4 da ITC 1585/2025 e 2.4 desta Manifestação) - Critério: Art. 1º e 8º, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000.

Vitória/ES, 27 de junho de 2025.

Silvia de Cassia Ribeiro Leitão
Auditor de Controle Externo – NCONTAS